

LISBOA

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE GESTÃO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS
CONSOLIDADOS 2020

RELATÓRIO DE GESTÃO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS
CONSOLIDADOS
2020

MUNICÍPIO DE LISBOA

ÍNDICE

	Pág.
Relatório de Gestão Consolidado _____	4
Demonstrações Financeiras Consolidadas _____	21
Balanço Consolidado _____	22
Demonstração de Resultados Consolidada _____	24
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa _____	26
Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido _____	28
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas _____	30
Demonstrações Orçamentais Consolidadas _____	56

Relatório de Gestão Consolidado

1 Introdução

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, “o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”. O artigo atrás citado acrescenta, através do seu nº 2, que “a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”. O presente relatório que anexa as contas consolidadas visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

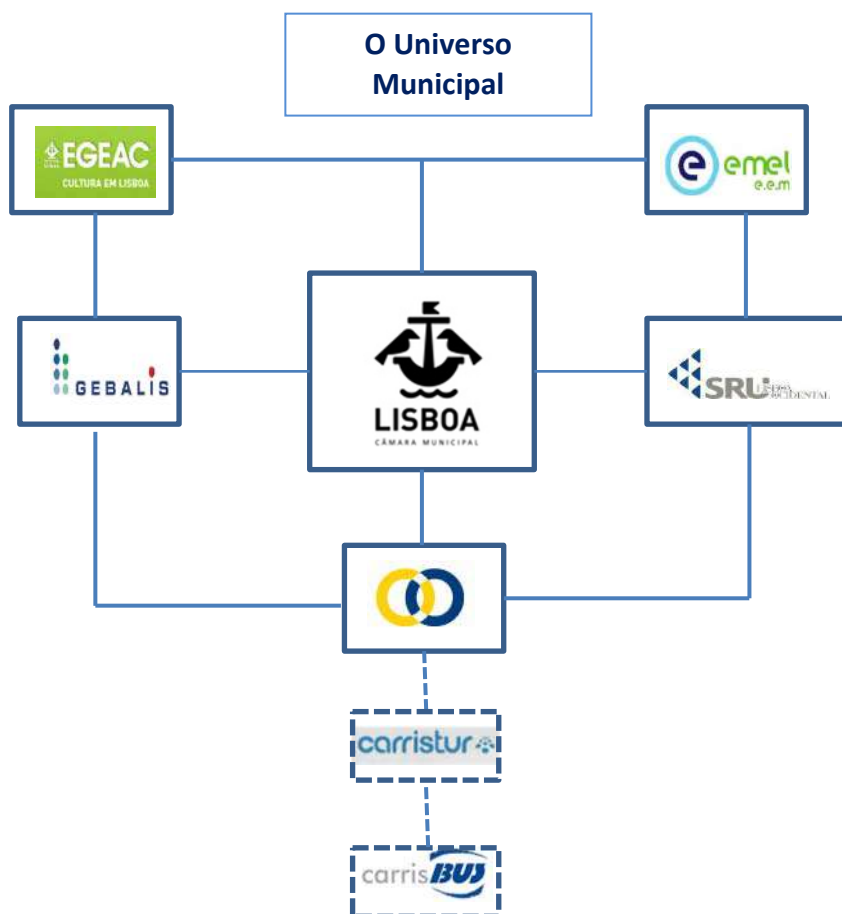
Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método integral o utilizado uma vez que o Município de Lisboa é detentor de uma percentagem de controlo em todas as entidades incluídas no perímetro. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores. O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local. As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2 Entidades do perímetro de consolidação

As demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas integram, para além das relativas ao Município de Lisboa (ML), as das entidades do perímetro de consolidação, constituindo-se assim o designado Universo Municipal: o Grupo Carris – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA (Inclui a consolidação da Carris com as suas participadas, Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. e Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transporte, S.A.), a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, a EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM, SA, a GEBALIS Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. e a LISBOA OCIDENTAL

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA (empresas cujo capital é integralmente detido pelo ML).

Em termos de demonstrações financeiras o universo Municipal é o seguinte:



No que se refere às demonstrações orçamentais consolidadas, o Universo Municipal é apenas constituído pelo Município de Lisboa, pela GEBALIS Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. e a LISBOA OCIDENTAL SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA., no caso da Administração Local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, de acordo com a NCP 26 número 7.2, paragrafo 23, do Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

3 Principais atividades do Município e das empresas em 2020

Relativamente ao Município e a cada uma das empresas municipais, releva-se:

Município de Lisboa - A atividade municipal e contexto em que se desenvolveu, foi profundamente marcada pela infeção epidemiológica provocada pela pandemia da doença SARS-COV-2, com efeitos ao nível da receita e da despesa, quer decorrente da quebra de atividade económica, em virtude nomeadamente da alteração dos hábitos de consumo, redução dos movimentos pendulares e queda abrupta do turismo, quer das medidas que o Executivo Camarário adotou para a sua prevenção, contenção e mitigação, designadamente, através da aquisição de bens e serviços específicos de proteção da saúde e do apoio à atividade das instituições culturais, sociais, desportivas e recreativas, aos profissionais da área da cultura, aos comerciantes e empresas que operam na cidade.

Na concretização da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, o Município de Lisboa assumiu competências no domínio da educação, materializadas no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos de ensino público integrados na rede pública dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário (cfr Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), a par com competências na área da cultura e do estacionamento público em implementação.

O Município de Lisboa prosseguiu o ciclo de investimentos estruturantes incluídos no Programa LxXXI, nos sectores da Habitação, Regeneração Urbana e Mudança Climática (Plano Geral de Drenagem), sustentados no financiamento do Banco Europeu de Investimentos, com chancela do Programa Europeu de Investimento Estratégicos (Plano *Junker*); a execução acumulada do Programa, respeitante ao universo municipal, a 31/12/2020, foi de 358,8 milhões de euros, por relação com adjudicações efetivadas, dos quais 244,1 milhões de euros foram faturados.

O conjunto das empresas municipais, abarcando a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris) que integra o universo municipal desde 1 de fevereiro de 2017 (Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro), fecharam o ano em equilíbrio de contas, com intervenção do Município na EMEL e Carris, para o equilíbrio das contas do exercício de 2020, ao abrigo das disposições do artigo 40 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e com reforço do subsídio de exploração da EGEAC, para assegurar o equilíbrio da exploração no quadro geral da gestão de efeitos diretos ou indiretos da pandemia na atividade destas empresas.

Grupo CARRIS – A CARRIS tem como principal atividade a prestação de serviços de transporte público urbano de superfície de passageiros.

A análise aos resultados obtidos pela empresa no período em apreço não pode ser efetuada de forma isolada dos efeitos adversos que a pandemia, e todas as medidas tomadas para a sua mitigação, tiveram na execução da estratégia definida para a CARRIS, quer em termos de indicadores de atividade, quer em termos financeiros.

O comportamento da oferta, da procura e da receita tarifária nos primeiros dois meses do ano de 2020, foi muito positivo, continuando a tendência de crescimento dos últimos anos, tendo registado +8,1% veic.km, +14,6% passageiros transportados com título válido e +3,6% em receitas tarifárias relativamente ao período homólogo e superando até o previsto no Plano de Atividades e Orçamento para estes indicadores.

A situação pandémica declarada a partir de março e as medidas adotadas para prevenir e conter a sua propagação, tiveram um impacto sem precedentes. Apesar do contexto adverso e de incerteza com que o país se deparou, salientam-se os resultados, positivos, alcançados pela empresa no que concerne à oferta, efeito do esforço da CARRIS no que se refere ao serviço prestado e à melhoria contínua da oferta realizada, sendo assim possível aumentar a oferta em cerca de +4% (representando +1,263 M veic.km), e a taxa de cumprimento de serviço, em + 1,7 p.p, face ao ano transato.

Em termos de procura, derivado das medidas de confinamento implementadas, assistiu-se a uma quebra de -43%, o que significa uma perda de 60 milhões de passageiros, face a 2019. Em termos de receita -28%, totalizando 77,1 milhões de euros, resultado da quebra nas vendas de títulos de transporte. Manteve-se o foco em fortalecer a relação com a marca, em comunicar de forma permanente e informar atempadamente todos os ajustes de serviço.

A CARRIS assume-se atualmente como uma empresa estruturalmente equilibrada, a nível financeiro, no que se refere à prestação de Serviço Público, em resultado das suas diferentes fontes de receita, incluindo nelas as Compensações por Obrigações de Serviço Público, associadas ao Contrato de Concessão. Realça-se que no decorrer do ano, foi atribuído um subsídio, pela AML, no âmbito do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, cujo objetivo é a compensação aos operadores pelo deficit de exploração resultante da manutenção dos níveis de oferta num contexto de redução significativa da procura.

Tal como referido anteriormente, a CARRISTUR viu a sua atividade bastante condicionada durante o ano de 2020, decorrente do estado pandémico verificado. Sendo a sua atividade essencialmente relacionada com o sector turístico, e sendo este um dos mais afetados, assistiu-se a uma evolução negativa dos principais resultados, obtendo um resultado líquido negativo, pela primeira vez desde 1998.

Ao longo do ano, a CARRISTUR viu-se forçada a suspender quase por completo a sua atividade em Lisboa, tanto no que se refere aos circuitos turísticos, como aos alugueres. No Porto e na Madeira a exploração chegou a ser interrompida, e nas cidades onde a exploração é habitualmente sazonal, esta não foi sequer ativada em 2020.

A atividade de formação e da Escola de Condução também foram significativamente reduzidos devido a todos os constrangimentos e restrições de movimentação.

Por este motivo o volume de vendas da CARRISTUR sofreu um decréscimo de cerca de 80% face a 2019, (-53%, segundo contas consolidadas com a participada CARRISBUS) tendo havido um esforço da empresa num rigoroso processo de contenção de despesas.

Tendo em atenção o já referido anteriormente, o contexto vivenciado em 2020 teve um reflexo bastante negativo nos resultados do Grupo CARRIS, que viu o seu volume de negócios diminuir em cerca de -35,76% face a 2019.

O Grupo CARRIS, em 2020, apresentou um resultado líquido positivo na ordem dos 595 milhares de euros, tendo a CARRIS recebido, para o efeito, por parte do seu acionista uma transferência, no valor de 6.910.291,41 euros, ao abrigo do artigo 40º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, para cobertura dos resultados antes de impostos negativos.

EGEAC – Com a Proposta nº 599/2020 de 30 de setembro, foi transferido para a esfera da EGEAC o Palacete dos Marqueses de Pombal, para instalação do CEHL – Centro de Estudos da História da Leitura, honrando os compromissos assumidos pelo Município de Lisboa no protocolo assinado com Alberto Manguel no dia 12 de setembro de 2020.

De salientar, a colaboração da EGEAC na cerimónia de Abertura Lisboa Capital Verde Europeia, cujo evento não estava consignado em plano e orçamento e decorreu no 1º trimestre deste ano. Com a conclusão da empreitada de reabilitação e requalificação, foi reaberta ao público, no final do mês de agosto, a Casa Fernando Pessoa.

De realçar os efeitos da pandemia que ainda vivermos, cuja influência são determinantes nos resultados e na vida da empresa, da cidade e do país. Os equipamentos sob gestão da EGEAC estiveram encerrados ao público praticamente durante dois meses e meio – março a maio – tendo as receitas sido nulas nesse período. Só a partir de junho se retomou a cobrança de ingressos, cumprindo todas as regras emanadas pela DGS.

Rendimentos

Os rendimentos globais apresentam-se 10% inferiores ao previsto, sendo que as receitas próprias apresentam um desvio negativo de 74%, ou seja, foram arrecadados menos de 15 milhões de euros. O encerramento dos equipamentos a meio de março, o cancelamento das

Festas de Lisboa e as isenções/reduções concedidas, originaram uma quebra de rendimento que varia entre 79% e 52% nas rubricas de bilheteiras, patrocínios e concessões.

Com esta perda brutal de rendimentos, houve necessidade de reforçar o valor do Subsídio à Exploração, por forma a colmatar o deficit de exploração da EGEAC. Assim, o valor final do Contrato Programa para este exercício situou-se nos 22,6 milhões de euros, contra os 10,5 milhões de euros iniciais.

Gastos

O desvio negativo nos gastos globais é igualmente de 10%, representando menos de 3,2 milhões de euros. O maior desvio acontece nos gastos de atividade/programação com cerca de (-) 24%, representando 1,6 milhões de euros. Seguem-se os gastos de funcionamento com (-) 9%. Os gastos com Pessoal é a rubrica que mais se aproxima do previsto, com desvio apenas de (-) 4% e que resulta, fundamentalmente da não admissão de trabalhadores sazonais e outros. Apesar do valor dos juros ter pouca expressão no computo geral dos gastos da EGEAC- pouco mais de 52 mil euros-, a verdade é que quase quadruplicaram face ao projetado, dada a utilização constante das contas correntes caucionadas.

Investimento

Ao nível do Investimento foi possível concretizar 89% do previsto em plano, num total de mais de 2,7 milhões de euros. Destacam-se as obras realizadas no Teatro do Bairro Alto e nos outros Teatros Concessionados, com 720 mil euros e 430 mil euros, respetivamente. As obras no Museu de Lisboa- Palácio Pimenta, na Casa Fernando Pessoa e Cinema S. Jorge situaram-se perto dos 300 mil euros cada.

EMEL – O ano de 2020, ficou marcado pelo aparecimento da pandemia (Covid 19), que ainda persiste no presente ano. A EMEL foi atingida de forma severa nas suas receitas, tendo a CML tomado a decisão de suspender, entre os meses de março e maio, a cobrança do estacionamento na via pública. Neste contexto, a empresa enfrentou grandes desafios de adaptação para manter níveis de serviço adequados nas suas várias operações.

Para minimizar os efeitos da queda abrupta das receitas, a empresa viu-se obrigada a reduzir alguns dos seus gastos de exploração, nomeadamente no que concerne aos Fornecimentos e Serviços Externos.

Em resumo, do ponto vista da performance económica foi, como para muitas empresas, um ano muito difícil, tendo este contexto pandémico, provocado danos no resultado alcançado no final do exercício de 2020.

No final de 2020, o Município de Lisboa efetuou uma transferência de 4,5 milhões de euros de forma a equilibrar o RAI da empresa.

Apesar destas dificuldades, a empresa prosseguiu com a implementação da estratégia de mobilidade sustentável, com resultados importantes tendo presente o contexto, pese embora algumas travagens claras nos ritmos que vinham sendo conseguidos, mas que em alguns casos, como o da expansão da área de exploração da via pública, já estava contemplado o abrandamento face aos registos mais recentes.

Manteve-se igualmente o esforço de investimento no sistema GIRA, tendo-se obtido um reforço dos financiamentos dos projetos já em curso. Envolve as bicicletas de Lisboa e da BiciPark, rede de espaços fechados de acesso reservado para estacionamento de bicicletas particulares.

GEBALIS – A GEBALIS perfaz em 2020 um quarto de século de vida. Não celebramos apenas um marco temporal em números redondos. Assinalamos - e celebramos, sim! - todo um historial de dinâmica melhoria da implementação das políticas públicas de habitação municipal em Lisboa, que é nacional e internacionalmente reconhecida. Esse justo reconhecimento é o corolário do envolvimento e do esforço interno necessário para a concretização de toda a programação inerente. Foi o zelo e a dedicação dos mais de 200 trabalhadores/as que nos trouxe tão longe, em quantidade e qualidade. E foi, também, a reestruturação estatutária que melhorou o foco e a atuação como Empresa Municipal - permitindo-nos a manutenção das atividades da empresa e a adesão a novos formatos. Temos gerido a situação de pandemia ao mesmo tempo que evoluímos e aderimos a novos formatos digitais.

A dinâmica adaptativa que a GEBALIS tem demonstrado não seria possível - é justo dizê-lo - sem a aposta do Executivo Municipal, o qual compreendeu que a modernização estatutária da empresa era uma componente relevante na materialização das políticas públicas de habitação do Município de Lisboa.

Na especialíssima situação em que nos encontramos, a GEBALIS cumpriu com as suas obrigações, sem falhar. Conseguiu-se garantir uma rápida revisão das rendas. Conseguiu-se executar em tempo o regime de renda apoiada. Conseguiu-se manter o atendimento. Conseguiu-se manter a calendarização das obras - e do investimento nas obras das instalações. Conseguiu-se aumentar o número de fogos reabilitados - e deu-se cumprimento ao programa Aqui Há Mais Bairro.

O Projeto LIFE seguiu a evolução prevista e obteve o reconhecimento desejado - que nos é muito grato.

A adesão da GEBALIS à Housing Europe - o mais relevante parceiro europeu de habitação pública - foi um momento que nos é muito caro: significa o reconhecimento europeu da qualidade e dos padrões do nosso trabalho. As implicações de uma pertença a uma organização desta qualidade,

as responsabilidades e os direitos e benefícios daí advenientes trazem ao sector público da habitação - de Lisboa e do País - uma nova situação e um novo estatuto.

A GEBALIS tem uma situação financeira estável e resolvida e tem práticas de gestão financeira que seguem as melhores recomendações. Como o Resultado Líquido das nossas Contas demonstra, toda a receita captada foi reinvestida no património municipal.

Lisboa Ocidental, SRU – O ano de 2020 foi um ano sem paralelo, marcado indelevelmente pelo contexto da pandemia COVID-19, que afetou em diferentes escalas e graus todos os setores de atividade económica à escala mundial. A atividade da SRU, atualmente centrada na gestão de projetos e obras, sofreu um impacto direto e relevante destas circunstâncias extraordinárias. Neste contexto, as diretrizes do Município foram fundamentais para manter o rumo. À responsabilidade de concretização do interesse público municipal, vinha acrescer a obrigação de contribuir ativamente para não deixar cair estas indústrias num momento em que era já certa a crise económica que se seguiria. A mensagem foi clara: não parar uma única obra, não parar um único projeto.

Foi um ano de consolidação da operacionalização da estratégia definida em 2018 pelo Município de Lisboa, tendo-se registado, apesar do período pandémico, uma forte aceleração da atividade e uma elevada taxa de execução dos projetos e obras previstas.

As atividades desenvolvidas resultaram do plano aprovado para 2020 pelo Município de Lisboa, estando organizado em Programas, refletidos formalmente nos Contratos de Mandato celebrados com o Município. Os Programas e os Contratos de Mandatos orientam, portanto, de forma crucial a atividade da empresa, possibilitando, com orgulho e sentido de responsabilidade, para a prossecução de quatro das políticas públicas que integram as Grandes Opções do Plano para a Cidade, tal como definidas pelos Órgãos Municipais.

- **Programa Habitação a Renda Acessível;**

Programa de Arrendamento a custos acessíveis (PACA) – PRA Público - Tem como objetivo a construção em terrenos municipais e a colocação no mercado de arrendamento, de 3.000 habitações com rendas acessíveis dirigidas à classe média;

Programa de Arrendamento Acessível – Concessões - Tem no seu propósito, prestar assessoria à Câmara Municipal de Lisboa na preparação das operações de Renda Acessível a desenvolver num modelo de cooperação com o sector privado, através de contratos de Concessão de Obra Pública.

- **Programa Escolas e Creches**

O plano de beneficiação geral dos equipamentos escolares contempla a melhoria das condições de segurança, de acessibilidades, de funcionalidade, de conforto e ambientais, através da implementação de diversas soluções técnicas.

- **Programa Centros de Saúde e outros equipamentos**

Este programa tem por missão a instalação de 12 Unidades de Saúde, 7 Centros Interrelacionais, 3 equipamentos culturais/comunitários, 2 edifícios municipais de Serviços e 2 Postos de Limpeza no Município.

- **Programa Espaço Público**

Este programa tem como missão a promoção de intervenções de requalificação de espaços públicos existentes com dotação de passeios, ciclovias, zonas de lazer e desporto, reorganização de estacionamento e mobiliário urbano, bem como a criação de parques urbanos, obras de arte (pontes e túneis) e rodovias.

Quanto à Lisboa Ocidental, SRU reforçaram a execução dos contratos programa em que está envolvida, Contrato-Programa (CP 397/2015), com execução prevista até 2020, para a concretização de 17 intervenções de reabilitação urbana de edifícios e de espaços públicos, tendo sido transferidos 8,1 milhões de euros. Foram ainda registados por contrapartida de acréscimos de custos, 3,0 milhões de euros relativos a montantes de 2019, mas apenas pagos em 2020.

Ao abrigo dos contratos de mandato foram transferidos 524 mil euros e relativamente ao subsídio à exploração foram pagos no exercício 3,0 milhões de euros. Foi ainda registado o valor de 500 mil euros por contrapartida de acréscimos de custos. As transferências para a Lisboa Ocidental, SRU, abarcam também a cobertura dos encargos financeiros do serviço da dívida do financiamento IHRU/BEI (16,1 milhões de euros) que captou cerca de 108 mil euros.

3.1 Situação económica e financeira das empresas municipais do Universo Municipal

Unid: milhares de euros

Rubricas	CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Capital Social	78.674	449	32.000	1.300	2.000
Capital Próprio	107.272	4.021	41.251	3.032	17.338
Activo Não Corrente	128.897	10.124	63.516	755	32.660
Activo Corrente	45.512	5.680	11.411	21.126	20.589
Passivo Total	67.137	11.783	33.677	18.850	35.911
Passivo Não Corrente	23.902	1.534	4.508	9.746	16.169
Passivo Corrente	43.234	10.249	29.169	9.103	19.742
Rendimentos Totais	126.141	28.439	38.165	30.628	38.258
Subsídios de Exploração	49.931	22.677	232	11.245	9.606
Gastos Totais	148.713	28.403	38.476	30.604	38.258
Gastos com Pessoal	70.675	14.070	16.645	6.047	4.504
RAI	-6.910	37	19	24	4
Transferência Equilíbrio	6.910	-	-	-	-
EBITA	-6.907	1.268	5.595	319	175
RL	595	21	15	10	-
N.º Empregados	2.588	405	789	234	102

4 Breve análise das demonstrações financeiras consolidadas

Conforme é conhecido, a dimensão da atividade empresarial local no Universo Municipal relativamente à diretamente desenvolvida pelo ML é reduzida – por exemplo, o total dos Ativos das empresas municipais é de 359,8 milhões de euros, que representam 10 % do total do ativo do Município individualmente considerado e o total da faturação de serviços e impostos é de 160,0 milhões de euros que compara com os 644,7 milhões de euros obtidos pelo Município. O peso do Município tem vindo a decrescer relativamente aos anos anteriores devido à inclusão do Grupo Carris com um impacto de cerca de 79,0 milhões de euros.

Deste modo, as contas consolidadas agora apresentadas estão essencialmente marcadas pela evolução da situação económica e financeira do Município durante o exercício de 2020, quando

individualmente considerado. Todos os aspetos positivos e negativos conseguidos e já relevados no Relatório de Gestão das Contas Individuais de 2020, são confirmados pelos dados consolidados, tanto mais que as empresas municipais apresentam igualmente uma situação de equilíbrio, quer no seu conjunto, quer quando consideradas individualmente.

Salienta-se a existência pela primeira vez do registo de trabalhos para a própria entidade em termos consolidados, de 34,2 milhões de euros (SRU: 32,3 milhões de euros; Emel: 1,9 milhões de euros), que se refere à faturação ao Município por parte das empresas, ao abrigo dos contratos de mandato e que o Município regista em Ativos Fixos tangíveis (investimentos em curso). Estão ainda incluídos 151 mil euros, relativos a trabalhos gerados no Grupo Carris.

4.1 Situação económica e financeira – variação face ao ano anterior

4.1.1 – Análise do Balanço Consolidado

Rubricas	Consolidado do Município de Lisboa	Consolidado do Município de Lisboa	Varição
	2020	2019	2020-2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2.725.663.863,27	2.714.810.996,87	10.852.866,40
Propriedades de investimento	9.305.355,35		9.305.355,35
Ativos intangíveis	4.794.453,11	4.609.936,81	184.516,30
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros	67.566.424,49	58.745.206,81	8.821.217,68
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos	8.283.252,73		8.283.252,73
Outros ativos financeiros	1.605.507,58		1.605.507,58
Ativos por impostos diferidos	312.642,79		312.642,79
Cientes, contribuintes e utentes	559.884,89		559.884,89
Outras contas a receber	34.474.656,58	28.402.946,34	6.071.710,24
	2.852.566.040,79	2.806.569.086,83	45.996.953,96
Ativo corrente			
Inventários	6.314.475,70	6.010.087,83	304.387,87
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não	8.416.560,97		8.416.560,97
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios			
Cientes, contribuintes e utentes	20.543.248,77	19.044.512,21	1.498.736,56
Estado e outros entes públicos	6.267.352,37	7.195.837,72	-928.485,35
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	231.026.113,30	49.594.216,55	181.431.896,75
Diferimentos	7.514.675,10	190.174.330,56	-182.659.655,46
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	328.644.550,05	437.602.254,67	-108.957.704,62
	608.726.976,26	709.621.239,54	-100.894.263,28
Total Ativo	3.461.293.017,05	3.516.190.326,37	-54.897.309,32
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	
Ações (quotas) próprias	-4,00		-4,00
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	96.311.124,85	175.900.751,66	-79.589.626,81
Resultados transitados	24.012.426,04	-131.981.767,63	155.994.193,67
Ajustamentos em ativos financeiros	-8.857.552,03	1.169.675,79	-10.027.227,82
Excedentes de revalorização	71.483.212,44		71.483.212,44
Outras variações no Património Líquido	462.424.266,61	248.494.126,95	213.930.139,66
Resultado líquido do período	-24.793.312,48	162.664.357,79	-187.457.670,27
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total Património Líquido	2.698.151.798,13	2.533.818.781,26	164.333.016,87
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	195.533.845,58	228.208.361,90	-32.674.516,32
Financiamentos obtidos	219.536.832,97	234.785.645,45	-15.248.812,48
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	10.659.663,39		10.659.663,39
Diferimentos	38.447.822,23		38.447.822,23
Passivos por impostos diferidos	11.555.482,47		11.555.482,47
Outras contas a pagar	54.509.863,09	71.717.830,32	-17.207.967,23
Fornecedores			
	530.243.509,73	534.711.837,67	-4.468.327,94
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não			
Fornecedores	18.779.523,24	16.874.766,99	1.904.756,25
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1.487.308,58		1.487.308,58
Estado e outros entes públicos	5.744.570,22	6.032.587,75	-288.017,53
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	33.321.130,22	34.853.021,88	-1.531.891,66
Fornecedores de investimentos	3.253.763,85	6.035.612,03	-2.781.848,18
Outras contas a pagar	136.857.568,04	120.334.367,76	16.523.200,28
Diferimentos	33.453.845,04	263.529.351,03	-230.075.505,99
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
	232.897.709,19	447.659.707,44	-214.761.998,25
Total Passivo	763.141.218,92	982.371.545,11	-219.230.326,19
Total Património Líquido e Passivo	3.461.293.017,05	3.516.190.326,37	-54.897.309,32

- O valor do ativo consolidado é de 3.461,3 milhões de euros, composto essencialmente pelo valor apresentado no balanço individual do Município de Lisboa, entidade consolidante, em 3.342,6 milhões de euros, cerca de 97%.
- Comparativamente com o ano de 2019, verifica-se que os Ativos Fixos Tangíveis observaram um ligeiro acréscimo de cerca de 10,9 milhões de euros, em resultado das adições e alienações registadas, não havendo valores individuais que se destaquem. Estes valores foram deduzidos pelo reconhecimento das depreciações do exercício.
- Quanto ao decréscimo em depósitos em instituições financeiras e caixa é reflexo da variação ocorrida nas contas do Município de Lisboa.
- O património líquido apresenta um valor de 2.698,2 milhões de euros, verificando-se uma variação positiva de 164,3 milhões de euros, comparativamente com o exercício anterior, que é justificada pela alteração da política contabilística referente ao registo dos subsídios ao investimento, no âmbito da aplicação do SNC-AP. No referencial contabilístico aplicado em 2019, estes subsídios ao investimento eram registados no passivo, em acréscimos e diferimentos.
- No que se refere ao passivo, registou-se um decréscimo de 219,2 milhões de euros, reflexo essencialmente da alteração contabilística referida no ponto anterior. Registou-se ainda uma diminuição das provisões em 32,7 milhões de euros.

4.1.2 - Demonstração consolidada dos resultados

	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras entidades	Ajustamentos consolidação	% ML
Rendimentos e Gastos	2020	2020	2020	2020	
Impostos, contribuições e taxas	535.422.832,18	535.437.157,05	0,00	-14.324,87	100%
Vendas	4.491.222,90	4.415.868,04	79.054,86	-3.700,00	98%
Prestações de serviços e concessões	233.333.173,26	109.268.193,36	160.031.593,08	-35.966.613,18	47%
Transferências e subsídios correntes obtidos	77.708.192,37	61.328.447,10	110.693.187,54	-94.313.442,27	79%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas,	811.148,13	747.897,68	72.918,57	-9.668,12	92%
Variações nos inventários da produção	-11.170,88		-11.170,88		0%
Trabalhos para a própria entidade	34.371.826,25		150.800,63	34.221.025,62	0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-20.525.896,76	-4.462.797,88	-16.063.098,88		22%
Fornecimentos e serviços externos	-252.484.905,60	-151.365.955,59	-111.359.759,28	10.240.809,27	60%
Gastos com pessoal	-374.614.566,78	-254.698.195,91	-120.064.440,88	148.070,01	68%
Transferências e subsídios concedidos	-172.275.720,40	-270.268.108,11	0,00	97.992.387,71	157%
Prestações sociais			0,00		
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	7.346,28		7.346,28		0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1.441.136,08	-795.148,91	-645.987,17		55%
Provisões (aumentos/reduções)	22.973.457,60	23.330.643,58	-357.185,98		102%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	-9.558,15		-9.558,15		0%
Aumentos/reduções de justo valor			0,00		
Outros rendimentos e ganhos	54.254.547,38	49.482.671,24	13.977.368,40	-9.205.492,26	91%
Outros gastos	-57.344.926,08	-61.279.406,60	-4.375.741,99	8.310.222,51	107%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	84.665.865,62	41.141.265,05	32.125.326,15	11.399.274,42	49%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-106.927.217,22	-85.322.898,60	-21.604.318,62		
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis			0,00		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-22.261.351,60	-44.181.633,55	10.521.007,53	11.399.274,42	198%
Juros e rendimentos similares obtidos	822.338,20	820.665,59	98.114,32	-96.441,71	
Juros e gastos similares suportados	-3.898.247,75	-3.465.113,90	-433.133,85		
Resultado antes de impostos	-25.337.261,15	-46.826.081,86	10.185.988,00	11.302.832,71	185%
Transferências Financeiras ao abrigo da Lei 50/2012			6.910.291,41	-6.910.291,41	
Imposto sobre o rendimento	543.948,67		543.948,67		
Resultado líquido do período	-24.793.312,48	-46.826.081,86	17.640.228,08	4.392.541,30	189%

- O resultado líquido consolidado é negativo em 24,7 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 187,5 milhões de euros comparativamente com o exercício anterior.
- A variação mais significativa acontece na rubrica *outros rendimentos e ganhos*, de -191,2 milhões de euros e é reflexo de movimentos efetuados no Município em 2019, no que se refere à alienação de ativos tangíveis, no montante aproximado de ≈ 160,3 milhões de euros, com particular relevância para a venda de parcelas de terrenos de Entrecampos.
- O resultado consolidado encontra-se ainda afetado positivamente em 34,4 milhões de euros, pelo registo dos trabalhos para a própria entidade, que se referem aos trabalhos efetuados pelas empresas municipais nos ativos do Município, ao abrigo dos contratos de mandato.

4.2 Situação económica e financeira consolidada

Comparando o contributo para os números consolidados da atividade do Município, por um lado, e do conjunto das empresas municipais, por outro, são apresentados o balanço e a demonstração de resultados muito sintetizados:

Rubricas	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras entidades	Ajustamentos consolidação	% ML
	2020	2020	2020	2020	2020
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	2.725.663.863,27	2.525.275.716,22	208.562.332,77	-8.174.185,72	93%
Outras contas a receber	34.474.656,58	34.474.656,58			100%
Outros	92.427.520,94	239.696.775,13	25.518.381,12	-172.787.635,31	259%
	2.852.566.040,79	2.799.447.147,93	234.080.713,89	-180.961.821,03	98%
Ativo corrente					
Outras contas a receber	231.026.113,30	240.668.492,12	47.819.933,59	-57.462.312,41	104%
Caixa e depósitos	328.644.550,05	273.952.544,65	54.692.005,40		83%
Outros	49.056.312,91	28.553.399,69	23.251.576,13	-2.748.662,91	58%
	608.726.976,26	543.174.436,46	125.763.515,12	-60.210.975,32	89%
Total Ativo	3.461.293.017,05	3.342.621.584,39	359.844.229,01	-241.172.796,35	97%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
Património/Capital	2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	114.422.918,11	-114.422.918,11	100%
Outras variações no Património Líquido	462.424.266,61	404.704.945,11	58.164.172,82	-444.851,32	88%
Outros	182.949.207,30	212.629.332,42	-314.687,67	-29.365.437,45	116%
Resultado líquido do período	-24.793.312,48	-46.826.081,86	17.640.228,08	4.392.541,30	189%
Total Património Líquido	2.698.151.798,13	2.648.079.832,37	189.912.631,34	-139.840.665,58	98%
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Provisões	195.533.845,58	190.321.601,97	5.212.243,61		97%
Financiamentos obtidos	219.536.832,97	193.925.888,09	25.610.944,88		88%
Outros	115.172.831,18	105.958.555,43	25.189.275,75	-15.975.000,00	92%
	530.243.509,73	490.206.045,49	56.012.464,24	-15.975.000,00	92%
Passivo corrente					
Outras contas a pagar	136.857.568,04	140.166.209,14	55.385.772,81	-58.694.413,91	102%
Diferimentos	33.453.845,04	28.267.295,41	6.485.609,20	-1.299.059,57	84%
Outros	62.586.296,11	35.902.201,98	52.047.751,42	-25.363.657,29	57%
	232.897.709,19	204.335.706,53	113.919.133,43	-85.357.130,77	88%
Total Passivo	763.141.218,92	694.541.752,02	169.931.597,67	-101.332.130,77	91%
Total Património Líquido e Passivo	3.461.293.017,05	3.342.621.584,39	359.844.229,01	-241.172.796,35	97%

Como se pode verificar no quadro acima, no exercício de 2020, os valores do balanço consolidado não apresentam variações muito significativas relativamente ao balanço individual do Município, que representa cerca de 97% do Ativo consolidado. A variação mais significativa ocorreu nos Ativos Fixos Tangíveis, onde nas outras entidades (entidades do perímetro de consolidação) de um valor de 208,6 milhões de euros se inclui um valor de 123,6 milhões de euros (59%) relativo ao grupo Carris.

	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras entidades	Ajustamentos consolidação	% ML
Rendimentos e Gastos	2020	2020	2020	2020	2020
Impostos, contribuições e taxas	535.422.832,18	535.437.157,05	0,00	-14.324,87	100%
Prestações de serviços e concessões	233.333.173,26	109.268.193,36	160.031.593,08	-35.966.613,18	47%
Transferências e subsídios correntes obtidos	77.708.192,37	61.328.447,10	110.693.187,54	-94.313.442,27	79%
Fornecimentos e serviços externos	-252.484.905,60	-151.365.955,59	-111.359.759,28	10.240.809,27	60%
Gastos com pessoal	-374.614.566,78	-254.698.195,91	-120.064.440,88	148.070,01	68%
Transferências e subsídios concedidos	-172.275.720,40	-270.268.108,11	0,00	97.992.387,71	157%
Outros	37.576.860,59	11.439.727,15	-7.175.254,31	33.312.387,75	30%
Resultados antes de depreciações e gastos de	84.665.865,62	41.141.265,05	32.125.326,15	11.399.274,42	49%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-106.927.217,22	-85.322.898,60	-21.604.318,62		80%
Resultado operacional (antes de gastos de	-22.261.351,60	-44.181.633,55	10.521.007,53	11.399.274,42	198%
Outros	-3.075.909,55	-2.644.448,31	-335.019,53	-96.441,71	86%
Resultado antes de impostos	-25.337.261,15	-46.826.081,86	10.185.988,00	11.302.832,71	185%
Transferências Financeiras ao abrigo da Lei 50/2012			6.910.291,41	-6.910.291,41	
Imposto sobre o rendimento	543.948,67		543.948,67		
Resultado líquido do período	-24.793.312,48	-46.826.081,86	17.640.228,08	4.392.541,30	189%

No quadro acima, verifica-se que as contas individuais do Município, mantém o seu peso, comparativamente com os rendimentos e gastos consolidados.

5 Factos relevantes ocorridos após termo do exercício

As demonstrações financeiras individuais foram autorizadas para emissão em 31 de maio de 2021, pelo órgão executivo do Município.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, com exceção da continuidade da pandemia cujo plano de desconfinamento se encontra em curso.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço Consolidado

Rubricas	Notas	Consolidado do Município de Lisboa	Consolidado do Município de Lisboa	Variação
		2020	2019	2020-2019
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	2.725.663.863,27	2.714.810.996,87	10.852.866,40
Propriedades de investimento	8	9.305.355,35		9.305.355,35
Ativos intangíveis	3	4.794.453,11	4.609.936,81	184.516,30
Ativos biológicos				
Investimentos financeiros	18	67.566.424,49	58.745.206,81	8.821.217,68
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis				
Acionistas/sócios/associados				
Diferimentos		8.283.252,73		8.283.252,73
Outros ativos financeiros	18	1.605.507,58		1.605.507,58
Ativos por impostos diferidos		312.642,79		312.642,79
Clientes, contribuintes e utentes		559.884,89		559.884,89
Outras contas a receber		34.474.656,58	28.402.946,34	6.071.710,24
		2.852.566.040,79	2.806.569.086,83	45.996.953,96
Ativo corrente				
Inventários	10	6.314.475,70	6.010.087,83	304.387,87
Ativos biológicos				
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		8.416.560,97		8.416.560,97
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis				
Clientes, contribuintes e utentes		20.543.248,77	19.044.512,21	1.498.736,56
Estado e outros entes públicos		6.267.352,37	7.195.837,72	-928.485,35
Acionistas/sócios/associados				
Outras contas a receber		231.026.113,30	49.594.216,55	181.431.896,75
Diferimentos		7.514.675,10	190.174.330,56	-182.659.655,46
Ativos financeiros detidos para negociação				
Outros ativos financeiros				
Ativos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos	1.1	328.644.550,05	437.602.254,67	-108.957.704,62
		608.726.976,26	709.621.239,54	-100.894.263,28
Total Ativo		3.461.293.017,05	3.516.190.326,37	-54.897.309,32
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital		2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	
Ações (quotas) próprias		-4,00		-4,00
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas		96.311.124,85	175.900.751,66	-79.589.626,81
Resultados transitados		24.012.426,04	-131.981.767,63	155.994.193,67
Ajustamentos em ativos financeiros		-8.857.552,03	1.169.675,79	-10.027.227,82
Excedentes de revalorização		71.483.212,44		71.483.212,44
Outras variações no Património Líquido		462.424.266,61	248.494.126,95	213.930.139,66
Resultado líquido do período		-24.793.312,48	162.664.357,79	-187.457.670,27
Dividendos antecipados				
Interesses que não controlam				
Total Património Líquido		2.698.151.798,13	2.533.818.781,26	164.333.016,87
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	15	195.533.845,58	228.208.361,90	-32.674.516,32
Financiamentos obtidos	7	219.536.832,97	234.785.645,45	-15.248.812,48
Fornecedores de investimentos				
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		10.659.663,39		10.659.663,39
Diferimentos		38.447.822,23		38.447.822,23
Passivos por impostos diferidos		11.555.482,47		11.555.482,47
Outras contas a pagar		54.509.863,09	71.717.830,32	-17.207.967,23
Fornecedores				
		530.243.509,73	534.711.837,67	-4.468.327,94
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos				
Fornecedores		18.779.523,24	16.874.766,99	1.904.756,25
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		1.487.308,58		1.487.308,58
Estado e outros entes públicos		5.744.570,22	6.032.587,75	-288.017,53
Acionistas/sócios/associados				
Financiamentos obtidos	7	33.321.130,22	34.853.021,88	-1.531.891,66
Fornecedores de investimentos		3.253.763,85	6.035.612,03	-2.781.848,18
Outras contas a pagar		136.857.568,04	120.334.367,76	16.523.200,28
Diferimentos		33.453.845,04	263.529.351,03	-230.075.505,99
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
		232.897.709,19	447.659.707,44	-214.761.998,25
Total Passivo		763.141.218,92	982.371.545,11	-219.230.326,19
Total Património Líquido e Passivo		3.461.293.017,05	3.516.190.326,37	-54.897.309,32

Demonstração de Resultados Consolidada

Rendimentos e Gastos	Notas	Consolidado do Município de Lisboa	Consolidado do Município de Lisboa - Pocal	Varição
		2020	2019	2020-2019
Impostos, contribuições e taxas		535.422.832,18	527.687.367,96	7.735.464,22
Vendas		4.491.222,90	6.476.596,55	-1.985.373,65
Prestações de serviços e concessões		233.333.173,26	313.418.617,37	-80.085.444,11
Transferências e subsídios correntes obtidos		77.708.192,37	46.409.901,12	31.298.291,25
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		811.148,13	2.566.980,05	-1.755.831,92
Variações nos inventários da produção		-11.170,88	11.640,71	-22.811,59
Trabalhos para a própria entidade		34.371.826,25		34.371.826,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-20.525.896,76	-28.553.573,76	8.027.677,00
Fornecimentos e serviços externos	21	-252.484.905,60	-226.530.572,68	-25.954.332,92
Gastos com pessoal	19	-374.614.566,78	-349.923.863,02	-24.690.703,76
Transferências e subsídios concedidos		-172.275.720,40	-181.894.356,05	9.618.635,65
Prestações sociais				
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		7.346,28		7.346,28
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-1.441.136,08	347.918,56	-1.789.054,64
Provisões (aumentos/reduções)		22.973.457,60	-10.086.655,55	33.060.113,15
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-9.558,15		-9.558,15
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos		54.254.547,38	245.428.621,83	-191.174.074,45
Outros gastos		-57.344.926,08	-83.095.146,42	25.750.220,34
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		84.665.865,62	262.263.476,67	-177.597.611,05
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-106.927.217,22	-93.635.351,39	-13.291.865,83
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-22.261.351,60	168.628.125,28	-190.889.476,88
Juros e rendimentos similares obtidos		822.338,20	632.380,53	189.957,67
Juros e gastos similares suportados		-3.898.247,75	-6.076.997,55	2.178.749,80
Resultado antes de impostos		-25.337.261,15	163.183.508,26	-188.520.769,41
Transferências Financeiras ao abrigo da Lei 50/2012				
Imposto sobre o rendimento		543.948,67	-519.150,47	1.063.099,14
Resultado líquido do período		-24.793.312,48	162.664.357,79	-187.457.670,27

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Município de Lisboa

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa de 01-01-2020 a 31-12-2020

(unidade: Euro)

Rubricas	Notas	Valor Ano 2020 SNC-AP
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos de clientes		193.947.020,91
Recebimentos de contribuintes		502.444.646,75
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		56.296.460,40
Recebimentos de utentes		6.104.992,50
Pagamentos respeitantes a:		0,00
Pagamentos a fornecedores		-290.284.403,51
Pagamentos ao pessoal		-356.040.682,51
Pagamentos a contribuintes / utentes		0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-181.979.807,37
Pagamentos de prestações sociais		0,00
Caixa gerada pelas operações		-69.511.772,83
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		-511.852,29
Outros recebimentos/pagamentos		83.275.620,01
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		13.251.994,89
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-127.549.804,24
Pagamentos - Ativos intangíveis		-2.312.070,61
Pagamentos - Propriedades de investimento		0,00
Pagamentos - Investimentos financeiros		-748.926,04
Pagamentos - Outros ativos		0,00
Recebimentos provenientes de:		0,00
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		2.996.921,36
Recebimentos - Ativos intangíveis		0,00
Recebimentos - Propriedades de Investimento		8.586.226,46
Recebimentos - Investimentos financeiros		2.206,60
Recebimentos - Outros ativos		946.240,89
Recebimentos - Subsídios ao investimento		13.622.833,70
Recebimentos - Transferências de capital		0,00
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		231.933,40
Recebimentos - Dividendos		4.530.043,40
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-99.694.395,08
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Financiamentos obtidos		30.953.095,10
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00
Recebimentos - Cobertura de prejuízos		0,00
Recebimentos - Doações		0,00
Recebimentos - Outras operações de financiamento		96.441,71
Pagamentos respeitantes a:		0,00
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-50.167.960,33
Pagamentos - Juros e gastos similares		-3.396.880,91
Pagamentos - Dividendos		0,00
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-22.515.304,43
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-108.957.704,62
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		437.602.254,67
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		328.644.550,05
Conciliação entre Caixa e seus Equivalentes e Saldo de Gerência		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		437.602.254,67
- Equivalentes a caixa no início do período		
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		
- Variações cambiais de caixa no início do período		
= Saldo da gerência anterior		437.602.254,67
De execução orçamental		420.890.226,49
De operações de tesouraria		16.712.028,18
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		328.644.550,05
- Equivalentes a caixa no fim do período		
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		
- Variações cambiais de caixa no fim do período		
= Saldo para a gerência seguinte		328.644.550,05
De execução orçamental		313.539.183,87
De operações de tesouraria		15.105.366,18

Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido		
		Capital/ Património Subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL	
Posição no Início do Período (1)		2.077.571.636,70	-	-	-	175.900.751,66	-131.981.767,63	1.169.675,79	-	-	248.494.126,95	162.664.357,79	2.533.818.781,26	-	2.533.818.781,26
Alterações no Período															
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico						-86.398.543,88	36.221.947,28			69.347.246,19	189.757.209,18		208.927.858,77		208.927.858,77
Alterações de políticas contabilísticas													-		-
Correção de erros materiais													-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													-		-
Realização de excedentes de revalorização													-		-
Excedentes de revalorização e respetivas variações									560.375,12				560.375,12		560.375,12
Transferências e subsídios de capital										18.059.478,47			18.059.478,47		18.059.478,47
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			-4,00			6.808.917,07	119.772.246,39	-10.027.227,82	1.575.591,13	6.113.452,01			-38.421.383,01		-38.421.383,01
(2)		-	-4,00	-	-	-79.589.626,81	155.994.193,67	-10.027.227,82	71.483.212,44	213.930.139,66		-162.664.357,79	189.126.329,35	-	189.126.329,35
Resultado Líquido do Período (3)															
Resultado Integral (4)=(2)+(3)															
Operações com Detentores de Capital no Período															
Subscrições de capital / património															
Subscrições de prémios de emissão															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
(5)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		2.077.571.636,70	-4,00	-	-	96.311.124,85	24.012.426,04	-8.857.552,03	71.483.212,44	462.424.266,61	462.424.266,61	-24.793.312,48	2.698.151.798,13	-	2.698.151.798,13

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DE 2020

1 Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

1.1 Entidades incluídas na consolidação

Quadro 1.1 Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Atividade Principal	Capital	% Controlo		Obs.
				Direto	Indireto	
Município de Lisboa	Praça do Município - Paços do Concelho 1100-365 Lisboa	Administração Local				a)
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M. S.A.	Rua 1.ª de Maio, nº 103 - 1300-472 Lisboa	Serviço público de transporte coletivo de passageiros na cidade de Lisboa	78.674.000,00	100%		b)
EGEAC - Emp. de Gestão de Equip. Anim. Cultural, E.M. S.A.	Av. Eng. Duarte Pacheco 26, 1070-111 Lisboa	Serviço público na área da cultura na cidade de Lisboa	448.918,11	100%		b)
EMEL - Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa, E.M. S.A.	Alameda das Linhas de Torres, 198/200 - 1769-032 Lisboa	Serviço público na área da mobilidade urbana na cidade de Lisboa	32.000.000,00	100%		b)
GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. S.A.	Rua Costa Malheiro, Lt. 812 - 1800-412 Lisboa	Administração de imóveis por conta da cidade de Lisboa	1.300.000,00	100%		b)
Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. S.A.	Praça do Município, nº 31 - 1100-365 Lisboa	Promover operações de reabilitação urbana, através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado.	2.000.000,00	100%		b)

a) Entidade - mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no nº 1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais

b) Entidade controlada pelo Município de Lisboa

C) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Os depósitos consignados são valores destinados especificamente aos pagamentos no âmbito do Programa LX-XXI/Empréstimo BEI.

Os depósitos de garantias e cauções referem-se a montantes retidos nos pagamentos a fornecedores.

D) Valores de caixa e depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2020 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos era a seguinte:

1.1 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	Euros	
Caixa		1.618.169,86
Depósitos à ordem		318.918.040,84
Depósitos à ordem no Tesouro	236.401.314,86	
Depósitos bancários à ordem	82.516.725,98	
Depósitos consignados		5.864.112,56
Depósitos de garantias e cauções:		2.244.226,79
Total de caixa e depósitos		328.644.550,05

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASE DE MENSURAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são aprestadas em Euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza de reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentadas separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Lisboa continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações, não obstante a pandemia que afetou o ano 2020 com adaptação nos processos de trabalho do Município.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 31 de maio de 2021, data em que foram objeto de aprovação pelo Órgão Executivo. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 17.

Assim, a seleção da base de mensuração é relevante para as demonstrações financeiras, sendo as seguintes:

a) Ativos intangíveis

Mensuração inicial:

Um ativo intangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição.

Quando estamos perante ativos intangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor.

No reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo intangível adquirido deve ser o seu justo valor.

Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a amortização acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Vida útil:

A vida útil de um ativo intangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil.

Método de amortização:

O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

Desreconhecimento

Um ativo intangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou

- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

b) Ativos fixos tangíveis

Mensuração inicial:

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais;
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações;
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue:

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT);
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial;
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido;
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

Mensuração subsequente: (infraestruturas + VPT)

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

Custos subsequentes:

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do exercício;
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos;
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção.

Vida útil:

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada;
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo);
- A obsolescência técnica e comercial;
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

Método de depreciação:

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Valor residual:

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou em exercícios futuros, tal como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável. Não é prática corrente a atribuição de valor residual aos ativos fixos tangíveis.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, a quantia escriturada do ativo deve ser reduzida para zero ou ser reconhecido um passivo se, e apenas se, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação /amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação / amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação / amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda – aplicada a NCP 13 para reconhecimento do rendimento da venda de bens.
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 usando o modelo do juro efetivo.

B – Propriedades de Investimento

Aplicam-se as mesmas políticas contabilísticas dos AFT – Ativos Fixos Tangíveis.

c) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

d) Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando o Município de Lisboa se torne numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

Mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;
- A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro; ou
- A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro.

Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.

Imparidade

Para os ativos financeiros, a imparidade é testada quando existem indícios de que um determinado ativo possa estar em imparidade.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registrada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro; e
- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registrada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Reversão

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subseqüentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor, que o respetivo ativo tinha antes de, ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobrabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.

e) Transferências e subsídios

Reconhecimento

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- São cumpridas as condições a ele associada; e
- O mesmo é ou será recebido.

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

f) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

Para efetuar a estimativa, o Município determina o “valor esperado” que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários para liquidar a obrigação. Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão irá aumentar em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflita simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

g) Ativos Contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, o Município reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se o Município determinar que se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

a) Rendimento – Transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os fluxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

a. Prestações de serviços

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento – método da percentagem de acabamento.

b. Vendas de bens

O Município de Lisboa reconhece um rendimento proveniente de uma transação com contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento.

c. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos aquando da sua atribuição.

d. Juros

Os juros são reconhecidos em função do tempo.

b) Benefícios dos empregados

As entidades do perímetro de consolidação reconhecem um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas e pensões.

O Município tem valores a pagar em pensões e a trabalhadores em situação de acidentes de trabalho, sendo que o cálculo das responsabilidades para o futuro assenta num estudo atuarial contratado anualmente a uma empresa especializada.

1. Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

m. Partes Relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos;
- Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas.

n. Entidades Controladas ou objeto de influência significativa

O Município de Lisboa aplica o MEP nas suas contas individuais relativamente às entidades que exerça controlo ou influência significativa. São consideradas todas as empresas municipais com participação de 100% e, entidades participadas onde a participação do Município é igual ou superior a 20%.

o. Especialização de exercícios

O Grupo municipal regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

p. Permutas

São reconhecidas as contrapartidas em numerário que sejam devidas no ativo, e a entrega de bens por parte do Município, assim como de bens recebidos da contraparte são registados na mesma conta de acordo com a sua natureza devedora ou credora.

As permutas são registadas pelo valor total do bem de investimento a entregar e pelo valor total do bem de investimento a receber, sendo apenas considerada execução de despesa / receita orçamental quando há fluxos monetários. Isto é, apenas os montantes provenientes das diferenças de valor dos bens a permutar são orçamentados.

q. Dações em pagamento

A dação em pagamento é a entrega de um bem pelo devedor, para pagamento de uma dívida ou obrigação já existente.

Neste caso não se trata de permuta, assim os valores são todos orçamentados (quer o valor da dívida já existente, quer o valor da entrega/recebimento do bem).

3 ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

a) Quantia de escriturada no início e final do período

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram as seguintes:

Município de Lisboa
3.1 - Ativos Intangíveis - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas - Consolidadas - 31 de Dezembro de 2020 (unidade: Euro)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4) = (1) - (2) - (3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8) = (5) - (6) - (7)
Ativos intangíveis								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	52.467.414,28	-50.061.794,95		2.405.619,33	29.988.578,71	-26.702.101,25		3.286.477,46
Propriedade industrial e intelectual	474,48			474,48	474,48	-474,48		
Outros	1.323.267,44	-611.774,44		711.493,00	1.323.267,44	-631.762,45		691.504,99
Ativos intangíveis em curso	1.492.350,00			1.492.350,00	816.470,66			816.470,66
Total	55.283.506,20	-50.673.569,39	0,00	4.609.936,81	32.128.791,29	-27.334.338,18	0,00	4.794.453,11

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes variações:

3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia escritura e variações do período-Consolidado - 31 de Dezembro de 2020 (unidade: Euro)

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (1)	Variações							Quantia Escriturada Final (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
		Adições (2)	Transferências Internas à Entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de perdas por imparidade (5)	Perdas por imparidade (6)	Depreciações do período (7)	Diferenças cambiais (8)	
Ativos intangíveis									
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação	2.405.619,33	1.343.650,12	2.872.194,60				-2.839.659,51	-495.327,08	3.286.477,46
Propriedade industrial e intelectual	474,48						-474,48	0,00	
Outros	711.493,00	45.229,56					-19.988,01	0,00	736.734,55
Ativos intangíveis em curso	1.492.350,00	595.371,92	-1.236.877,62					-79.603,20	771.241,10
Total	4.609.936,81	1.984.251,60	1.635.316,98				-2.860.122,00	-574.930,28	4.794.453,11

i) Ativos intangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições									Total (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
	Internas (1)	Compra (2)	Cessão (3)	Transferência ou Troca (4)	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado (5)	Dação em Pagamento (6)	Locação Financeira (7)	Fusão, Cisão, Reestruturação (8)	Outras (9)	
Ativos Intangíveis										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		1.343.650,12								1.343.650,12
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		640.601,48								640.601,48
Total		1.984.251,60								1.984.251,60

ii) Ativos intangíveis – Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes diminuições:

Rubricas	Diminuições				Total (5) = (1) + (2) + (3) + (4)
	Alienação a Título Oneroso (1)	Transferência ou Troca (2)	Fusão, Cisão, Reestruturação (3)	Outras (4)	
Ativos Intangíveis					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação				-495.327,08	-495.327,08
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso				-79.603,20	-79.603,20
Total				-574.930,28	-574.930,28

No exercício de 2020, foram desreconhecidos no Município ativos intangíveis relativos a licenças de software que já não se encontravam ativas, no valor bruto da ordem dos 38,7 milhões de euros com uma amortização acumulada de cerca de 38,2 milhões de euros, tendo gerado um desreconhecimento líquido de perto de 495 mil euros.

Os Ativos intangíveis devem ser desreconhecidos, quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Ativos fixos tangíveis – variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Município de Lisboa

5.1 - Ativos Fixos Tangíveis - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas - Consolidadas - 31 de Dezembro de 2020

(unidade: Euro)

Rubricas	Início do período			Quantia Escriturada (4) = (1) - (2) - (3)	Final do período			Quantidade Escriturada (8) = (5) - (6) - (7)
	Quantia bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)		Quantia bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	76.723.690,11			76.723.690,11	77.500.505,03			77.500.505,03
Edifícios e outras construções	14.429.908,23	-2.453.636,02		11.976.272,21	15.182.269,90	-2.837.188,42		12.345.081,48
Infraestruturas	771.685.564,26	-348.841.797,35		422.843.766,91	788.397.006,30	-397.840.974,02		390.556.032,28
Património histórico, artístico e cultural	15.209.926,72	-656.077,11		14.553.849,61	17.370.962,48	-741.179,77		16.629.782,71
Outros								
Bens de domínio público em curso	95.039.853,48			95.039.853,48	91.853.808,97			91.853.808,97
	973.088.942,80	-351.951.510,48		621.137.432,32	990.304.552,68	-401.419.342,21		588.885.210,47
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	551.270.701,71			551.270.701,71	560.746.711,62			560.746.711,62
Edifícios e outras construções	1.488.874.104,76	-375.958.459,01		1.112.915.645,75	1.549.294.870,78	-412.623.355,37		1.136.671.515,41
Equipamento básico	330.377.108,70	-249.024.034,20		81.353.074,50	330.115.294,64	-251.638.811,43		78.476.483,21
Equipamento de transporte	57.203.360,94	-31.476.496,83		25.726.864,11	63.392.184,61	-36.571.207,09		26.820.977,52
Equipamento administrativo	61.567.380,43	-54.439.988,57		7.127.391,86	65.196.028,01	-57.114.468,40		8.081.559,61
Equipamentos biológicos	200,00	-200,00			20.776,10	-1.665,41		19.110,69
Outros	257.811.024,93	-246.369.589,28		11.441.435,65	260.172.096,22	-248.940.560,30	-18.359,16	11.213.176,76
Ativos fixos tangíveis em curso	303.838.450,97	0,00		303.838.450,97	314.749.117,98			314.749.117,98
	3.050.942.332,44	-957.268.767,89		2.093.673.564,55	3.143.687.079,96	-1.006.890.068,00	-18.359,16	2.136.778.652,80
Total	4.024.031.275,24	-1.309.220.278,37		2.714.810.996,87	4.133.991.632,64	-1.408.309.410,21	-18.359,16	2.725.663.863,27

b) Ativos fixos tangíveis - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes variações:

Município de Lisboa

5.2 - Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e movimentos acumulados - Consolidadas - 31 de Dezembro de 2020

(unidade: Euro)

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial (1)	Variações no período							Quantia Escriturada Final (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
		Adições (2)	Transferências Internas à Entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de perdas por imparidade (5)	Perdas por imparidade (6)	Depreciações do período (7)	Diferenças cambiais (8)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	76.723.690,11	170,00	776.644,92						77.500.505,03
Edifícios e outras construções	11.976.272,21		752.361,67				-383.552,40		12.345.081,48
Infraestruturas	422.843.766,91	59.434,99	16.652.927,11				-48.999.176,67	-920,06	390.556.032,28
Património histórico, artístico e cultural	14.553.849,61	1.894.142,93	613.483,74				-326.689,62	-105.003,95	16.629.782,71
Outros									
Bens de domínio público em curso	95.039.853,48	33.336.948,49	-24.018.594,00					-12.504.399,00	91.853.808,97
	621.137.432,32	35.290.696,41	-5.223.176,56				-49.709.418,69	-12.610.323,01	588.885.210,47
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	551.270.701,71	10.630.056,03	-328.621,27	2.700,00				-828.124,85	560.746.711,62
Edifícios e outras construções	1.112.915.645,75	12.592.679,17	51.309.105,33	557.675,12			-38.515.534,36	-1.890.384,82	1.136.969.186,19
Equipamento básico	81.353.074,50	14.716.448,35	-594.705,30				-14.727.809,82	-1.228.989,07	79.518.018,66
Equipamento de transporte	25.726.864,11	6.169.727,76	21.880,10				-5.085.809,95	-11.684,50	26.820.977,52
Equipamento administrativo	7.127.391,86	3.708.781,74	24.077,46				-2.784.597,78	-65.132,99	8.010.520,29
Equipamentos biológicos		20.576,10					-1.465,41		19.110,69
Outros	11.441.434,95	2.938.908,16	807.887,74				-2.614.678,47	-222.719,73	12.350.832,65
Ativos fixos tangíveis em curso	303.838.451,67	73.977.501,49	-53.982.607,75					-11.490.050,23	312.343.295,18
	2.093.673.564,55	124.754.678,80	-2.742.983,69	560.375,12			-63.729.895,79	-15.737.086,19	2.136.778.652,80
Total	2.714.810.996,87	160.045.375,21	-7.966.160,25	560.375,12			-113.439.314,48	-28.347.409,20	2.725.663.863,27

i. Ativos fixos tangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes adições:

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total (11) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)	
	Internas (1)	Compra (2)	Cessão (3)	Transferência ou Troca (4)	Expropriação (5)	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado (6)	Dação em Pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, Cisão, Reestruturação (9)	Outras (10)		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural												
Terrenos e recursos naturais										170,00		170,00
Edifícios e outras construções												
Infraestruturas		59.434,99										59.434,99
Património histórico, artístico e cultural		1.170.386,55				723.756,38						1.894.142,93
Outros												
Bens de domínio público em curso		33.336.948,49										33.336.948,49
		34.566.770,03				723.756,38				170,00		35.290.696,41
Ativos fixos em concessão												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções												
Infraestruturas												
Património histórico, artístico e cultural												
Ativos fixos em concessão em curso												
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais		3.324.009,27		815.095,00	796.261,54					5.694.690,22		10.630.056,03
Edifícios e outras construções		8.562.714,97			2.317.000,56					1.712.963,64		12.592.679,17
Equipamento básico		14.716.448,35										14.716.448,35
Equipamento de transporte		3.918.660,02						2.251.067,74				6.169.727,76
Equipamento administrativo		3.708.781,74										3.708.781,74
Equipamentos biológicos		20.576,10										20.576,10
Outros		2.938.908,16										2.938.908,16
Ativos fixos tangíveis em curso		63.569.352,20		10.408.149,29								73.977.501,49
		100.759.450,81		11.223.244,29	3.113.262,10			2.251.067,74		7.407.653,86		124.754.678,80
Total		135.326.220,84		11.223.244,29	3.113.262,10	723.756,38		2.251.067,74		7.407.823,86		160.045.375,21

Nas adições dos AFT destacam-se o registo de faturas relativas a empreitadas na rubrica de investimentos em curso.

ii. Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes diminuições

5.2 B - Ativos Fixos Tangíveis – Desagregação das Diminuições -Consolidadas - 31 de Dezembro de 2020

(unidade: Euro)

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a Título Oneroso (1)	Transferência ou Troca (2)	Devolução ou Reversão (3)	Fusão, Cisão, Reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					-920,06	-920,06
Património histórico, artístico e cultural					-105.003,95	-105.003,95
Outros						
Bens de domínio público em curso					-12.504.399,00	-12.504.399,00
					-12.610.323,01	-12.610.323,01
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-630.110,56	-44.962,29			-153.052,00	-828.124,85
Edifícios e outras construções	-727.647,36				-1.162.737,46	-1.890.384,82
Equipamento básico					-1.228.989,07	-1.228.989,07
Equipamento de transporte					-11.684,50	-11.684,50
Equipamento administrativo					-65.132,99	-65.132,99
Equipamentos biológicos						
Outros					-222.719,73	-222.719,73
Ativos fixos tangíveis em curso					-11.490.050,23	-11.490.050,23
	-1.357.757,92	-44.962,29			-14.334.365,98	-15.737.086,19
Total	-1.357.757,92	-44.962,29			-26.944.688,99	-28.347.409,20

6 LOCAÇÕES

6.2 LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCATÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2020, apresentam-se os seguintes bens em regime de locação financeira, como locatária:

Quadro 6.1 - Locações financeiras - Consolidadas - Locatários - 31 de Dezembro de 2020

(unidade: Euro)

Rubricas	Quantia escriturada líquida (1)	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)	Rendas contingentes registadas como gasto do período (4)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
434 - Transportes	2.251.067,74	572.217,08		901.594,58		729.602,53	47.653,55		777.256,08		
Total	2.251.067,74	572.217,08		901.594,58		729.602,53	47.653,55		777.256,08		

6.2 LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCATÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2020, os bens em regime de locação operacional, como locatária, são os seguintes:

Município de Lisboa

Quadro 6.2 - Locações operacionais - Consolidadas - Locatária 31 de Dezembro de 2020

Bens Locados (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Terrenos	1.084.088,87	21.723,93		212.770,78		21.886,75	87.221,36	740.486,05	849.594,16	
Edifícios	32.262.172,59	3.867.887,30		19.524.864,42		2.815.703,31	5.356.542,39	697.175,17	8.869.420,87	
Viaturas ligeiras	837.128,63	191.273,12		366.957,06		121.247,99	187.977,83		309.225,82	
Total	34.183.390,09	4.080.884,35		20.104.592,26		2.958.838,05	5.631.741,58	1.437.661,22	10.028.240,85	

6.4 LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCADORES

Tendo em conta o elevado número de contratos existentes, a sua antiguidade e a incerteza nos prazos de término, não foi possível apurar valores fidedignos para apresentar, pelo que se irá proceder ao apuramento dos valores com maior precisão para futuro reporte.

7 CUSTO DE EMPRÉSTIMOS

7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários (por entidade credora e maturidade) - Consolidado															unidade: euros	
Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato (1)	Capital		Taxa de Juro (2)		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de Janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Empréstimos de curto prazo que atingiram a maturidade em 2020																
IHRU	1992 e 1993	-	26	8.051.695	6.907.838	10,67%	0,28%	6.655.066	1.691.164	8.346.210	252.792	701	253.493		252.792	
BPI	1998	1998	22	19.353.358	1.899.192	3,85%	0,34%	1.780.605	209.558	1.990.163	118.587	404	118.991		118.587	
CGD	2000	2020	20	4.134.900	4.134.900	1,26%	0,00%	3.903.323	378.700	4.282.023	231.577		231.577		231.577	
Total dos empréstimos amortizados em 2020				31.539.954	12.941.930			12.338.974	2.279.422	14.618.396	602.956	1.105	604.061		602.956	
Empréstimos de médio e longo prazo que atingem a maturidade em 2021																
CGD	1994 e 2001	1994 e 2001	26	30.982.254	29.797.418	7,70%	0,00%	27.207.418	3.036.868	30.244.286	1.546.241	3	1.546.244		2.590.000	1.043.759
CEMS	2001	2001	20	24.939.895	24.939.895	5,18%	0,00%	22.228.817	4.651.726	26.880.543	1.807.385		1.807.385		2.711.078	303.693
Totta	2001	2001	20	1.217.966	1.217.966	3,65%	0,08%	1.074.670	213.574	1.288.245	71.645	111	71.756	44	143.290	71.643
DEXIA	2001	2001	20	66.000.000	66.000.000	4,29%	0,00%	61.631.504	14.898.820	76.530.324	2.482.772		2.482.772		4.368.496	1.885.724
Total dos empréstimos com maturidade em 2021				123.140.108	121.955.273			112.142.409	22.800.988	134.943.397	5.908.043	114	5.908.157	44	9.812.863	3.904.820
Empréstimos de médio e longo prazo com maturidades superiores a 1 ano																
IHRU	2010	2010	30	57.530.761	57.530.761	1,26%	0,50%	3.209.394	2.611.233	5.820.627		270.130	270.130	67.539	54.321.367	54.321.367
CGD	entre 1995 e 2003	entre 1995 e 2003	28	171.103.564	159.129.642	3,80%	0,00%	125.044.473	17.184.445	142.228.918	7.186.576	777	7.187.353		34.085.169	26.898.592
BCPI	1997	1997	28	48.590.542	48.344.013	1,40%	0,04%	44.064.928	4.263.720	48.328.648	1.425.738	1.716	1.427.454	28	4.279.084	2.853.347
Totta	2014	-	15	48.600.000	48.600.000	3,92%	1,23%	20.644.059	4.441.478	25.085.538	6.072.323	343.756	6.416.079	84.556	27.955.941	21.883.617
BPI (1)	entre 1998 e 2015	entre 1998 e 2015	23	161.792.375	152.087.894	1,95%	0,70%	91.248.428	27.119.538	118.367.966	7.465.469	425.144	7.890.611	168.457	60.839.456	53.373.987
BEI	entre 2016 e 2021	entre 2016 e 2021	20	143.250.000	64.750.000	0,64%	0,41%	1.902.778	120.616	2.023.394	2.847.222	203.006	3.050.220	40.510	49.247.222	60.000.000
IHRU (SRU)	4/06/64	-	36	16.100.000	16.100.000	0,57%	0,89%	924.781	924.781			96.442	96.442		16.100.000	16.100.000
BPI (EMEL)	4/09/99	N/A	15	4.000.000	4.000.000	3,26%	1,81%	1.868.459	701.655	2.570.115	339.096	37.872	376.967		2.131.541	1.792.445
Turismo Portugal (Jessica-NB) (EMEL)	4/12/41	N/A	10	2.500.000	2.500.000	1,30%	1,18%	220.588	48.960	269.548					1.029.412	1.029.412
BPI/MG (GEBALIS)	4/20/34	n/s/uj	15	13.700.000	13.700.000	4,04%	2,25%	4.566.667	2.014.154	6.580.821	913.333	217.318	1.130.652		9.133.333	8.220.000
Total dos empréstimos com maturidades posteriores a 2021				667.167.243	565.492.299			292.769.774	59.430.581	352.200.355	26.249.757	1.596.159	27.845.917	361.090	259.222.525	246.472.767
Empréstimos a curto prazo																
Banco Santander (EGEAC) (a)	4/20/61		1	3.000.000	4.000.000		1,50%					2.500.000	31.346	2.531.346		1.500.000
Millennium (EGEAC) (a)	anterior a 2015		1	3.000.000	5.500.000		1,50%					5.500.000	10.253	5.510.253		
Novo Banco (EGEAC) (a)	anterior a 2015		1	3.000.000	4.750.000		1,50%					4.750.000	10.486	4.760.486		
BPI (CARRIS)	4/06/64			190.000	190.000		1,28%									190.000
BPI (CARRIS)	Descoberto bancário				13.095											13.095
Total dos empréstimos a curto prazo				9.190.000	14.453.095							12.750.000	52.086	12.802.086		1.703.095
Total				831.037.305	714.842.596			417.251.157	84.510.991	501.762.148	45.510.756	1.649.465	47.160.221	361.134	269.638.344	252.080.683

Notas:
 (1) Prazo médio considerando o conjunto de empréstimos contratados junto da respetiva entidade credora
 (2) Taxa de juro média considerando o conjunto de empréstimos contratados junto da respetiva entidade credora
 (3) Indulgi o empréstimo sindicado, denominado "Financiamento do PPI 2002-2005", em que o BPI assume o papel de Banco Agente, inicialmente contraído junto do DPFA e da CAG, e cuja parte do DEFFA foi entretanto adquirida pelo BPI.
 (a) Saldo referente a utilização de conta caucionada. Prazo com renovação automática anual.

O valor apresentado no Balanço nas rubricas financiamentos obtidos não correntes e correntes, inclui o montante de 777 mil euros relativo às locações financeiras.

O custo dos empréstimos, não são capitalizados nos investimentos.

8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Pela aplicação do novo normativo contabilístico, procedeu-se no início de 2020 à reclassificação de bens afetos ao arrendamento, em que os valores pagos ao Município se encontram equiparados aos valores de mercado.

Município de Lisboa

8.2 - Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e movimentos acumulados (modelo do custo) - Consolidado - 31 de Dezembro

(unidade: Euro)

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (1)	Variações (modelo do custo)							Quantia Escriturada Final (9)	Gastos do período (10)	Rendimentos do período	
		Adições (2)	Transferências Internas à Entidade (3)	Depreciações do período (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Diferenças cambiais (7)	Diminuições (8)			Rendas (11)	Outros (12)
Propriedades de Investimento												
Bens de domínio público												
Terrenos e recursos naturais			519.250,42					519.250,42				
Edifícios e outras construções			9.004.157,13	-218.052,20				8.786.104,93	42.183	328.696		
Outras propriedades de investimento												
Propriedades de Investimento em curso												
Total			9.523.407,55	-218.052,20				9.305.355,35	42.182,97	328.695,63		

10 INVENTÁRIOS

Quadro 10.1 - Inventários - Consolidado

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulado	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias	254.577,68		254.577,68
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.070.998,84	25.439,26	6.045.559,58
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso	14.338,44		14.338,44
TOTAL	6.339.914,96	25.439,26	6.314.475,70

Quadro 10.2 - Inventários: Movimentos do período - Consolidado

Rubrica	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (4)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
		Compras líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outras aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	220.444,79	97.964,15	62.241,55					1.589,71	254.577,68
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.764.133,72	21.039.624,87	20.764.694,63		25.439,26			54.063,14	6.045.559,58
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso	25.509,32			11.170,88					14.338,44
TOTAL	6.010.087,83	21.137.589,02	20.826.936,18	11.170,88	25.439,26			55.652,85	6.314.475,70

13 RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Quantia da cada categoria de Rendimentos

As prestações de serviços e outros rendimentos, efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, têm a seguinte decomposição:

13.1 - Rendimento de transações com contraprestação - Consolidado

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	269.299.786,44
Venda de bens	4.494.922,90
Juros	154.848,52
Royalties - sub conta da	
Dividendos ou distribuições similares	763.931,39
Outros	
Total	274.713.489,25

15 PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Quadro 15.1 - Provisões

Provisão	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total de aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total de diminuições	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (3) + (4) + (5)	(7)	(8)	(9)	(10) = (7) + (8) + (9)	(11) = (2) + (6) - (10)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	191.427.571,11	28.385.397,57			28.385.397,57			62.389.239,63	62.389.239,63	157.423.729,05
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.301.639,98	1.334.055,02			1.334.055,02					2.635.695,00
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	21.761.484,70	10.266.707,40			10.266.707,40			1.766.014,18	1.766.014,18	30.262.177,92
Total	214.490.695,79	39.986.159,99			39.986.159,99			64.155.253,81	64.155.253,81	190.321.601,97

Nas provisões para processos judiciais no Município de Lisboa verificou-se uma redução significativa, de 34 milhões de euros de acordo com a informação disponibilizada pelo Departamento Jurídico.

Esta atualização funda-se na redução operada em consequência do Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TCA Sul), que decidiu o Recurso Jurisdicional interposto pelo Município de Lisboa do Acórdão proferido pelo Tribunal Arbitral no final de 2016, determinando a absolvição do Município, por ter dado razão a este no reconhecimento de vícios do Acórdão Arbitral a par do reforço da provisão de um processo de 2020 referente a licenciamentos.

As responsabilidades com pensões e acidentes de trabalho foram calculadas com base na aplicação de uma anuidade vitalícia, para a população em estudo, efetuada por uma entidade especializada (Atuário).

17 ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

As demonstrações financeiras individuais foram autorizadas para emissão em 31 de maio de 2021, pelo órgão executivo do Município.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, com exceção da continuidade da pandemia cujo plano de desconfinamento se encontra em curso.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE MENSURAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros encontram-se relevados pelo justo valor, sendo posteriormente reconhecidos pelo justo valor e pelo custo amortizado menos perdas por imparidade.

A rubrica de depósito à ordem está mensurada pelo justo valor.

a) Ativos Financeiros

Município de Lisboa

Quadro 18.1 - Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidades	Outros	Alterações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras - justo valor	57 814 370,10				14 736 881,69				4 984 827,31	67 566 424,49
Outros ativos financeiros	930 836,71	44 768,95			632 498,86				2 596,94	1 605 507,58
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo										
Outros ativos financeiros										
Total	58 745 206,81	44 768,95			15 369 380,55				4 987 424,25	69 171 932,07

Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Município de Lisboa

Quadro 18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de capital - ao custo											
Agência Promoção Baixa Chiado	39 903,83	39 903,83								39 903,83	0,00
AIEL - Associação para a Inovação e Empreendedorismo de Lisboa	450 000,00	450 000,00									450 000,00
Associação Parque Junqueira	18 776 171,39	11 761 654,41				7 014 516,98					18 776 171,39
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	20 866 618,00	20 866 618,00									20 866 618,00
FAM - Fundo Apoio Municipal	12 672 351,00	11 968 331,50	704 019,50								12 672 351,00
Lispolis - Associação para o Polo Tecnológico de Lisboa	87 500,00	87 500,00									87 500,00
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA	2 970 272,55	2 970 272,55									2 970 272,55
VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.	11 391 638,40	5 300 820,00				6 090 818,40					11 391 638,40
Outros	351 873,15	351 873,15									351 873,15
Participações de capital - justo valor											0,00
Total	67 606 328,32	53 796 973,44									67 566 424,49

Os outros investimentos acima apresentados incluem participações em 2 entidades, Valorsul e Associação Parque Junqueira, que pela percentagem de participação foram alvo de aplicação do MEP - Método de Equivalência Patrimonial.

19 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1 BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais, tais como trabalho extraordinário e subsídio de prevenção e trabalho noturno e abonos variáveis.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de Gastos com Pessoal, decompõe-se como segue:

Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal	31.12.2020	31.12.2019
Rem Órg Sob. Autárquica / Órg. Sociais	1.550.875,93	1.868.502,05
Remuneração Pessoal	291.297.880,45	270.193.234,24
Encargos sobre remunerações	70.227.566,47	65.349.706,04
Seguros e Gastos referentes a Acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.445.021,65	5.297.079,20
Despesas de saúde e Prestações Sociais	3.048.814,04	890.446,64
Outros	5.044.408,24	6.324.894,85
Total	374.614.566,78	349.923.863,02

O acréscimo total de 24,7 milhões de euros verificado nos Gastos com pessoal, é resultado essencialmente do aumento nas remunerações no município pela entrada de novos elementos para os quadros do ML, assim como diversas requalificações verificadas, estas situações implicam um inerente aumento dos respetivos encargos sobre as remunerações (17,5 milhões de euros), assim

como acréscimos de 2,8 milhões de euros, no grupo Carris, 2,1 milhões de euros, na Emel e 1,5 milhões de euros, na Lisboa Ocidental SRU, entre outros.

20 Partes Relacionadas

Quadro 20.1 - Listagem de entidades controladas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM. S.A.	Rua 1º. Maio, nº. 103, 1300-472 Lisboa	100,00%		100,00%
EGEAC- Emp. de Gestão de Equip. Anim. Cultural, E.M. S.A	Avenida Eng. Duarte Pacheco, 26, 1070-111 Lisboa	100,00%		100,00%
EMEL - Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa, E.M. S.A.	Alameda das Linhas de Torres 198/200, 1750-150 Lisboa	100,00%		100,00%
GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. S.A.	Rua Costa Malheiro, Lote B-12, Bairro Dr. Alfredo Bensaúde 1800 - 412 Lisboa	100,00%		100,00%
Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. S.A.	Praça do Município, 31 - 2ª., 1100-365 Lisboa	100,00%		100,00%

Empresas Participadas

Nome	Sede	Investimentos financeiros	Participação %	Capital próprio	Resultado líquido
AIEL - Associação para a Inovação e Empreendedorismo de Lisboa	Rua da Prata, 78/80 1100-420 Lisboa	450.000,00	16,54%	2.564.985,54	-51.153,51
Associação Parque Junqueira	Praça das Industrias, 1300-307 Lisboa	11.761.654,41	26,10%	71.939.354,00	-860.393,00
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	ETAR de Alcântara - Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa	20.866.618,00	18,38%	115.574.654,00	3.735.125,00
FAM - Fundo Apoio Municipal	Rua Gregório Lopes, Lote 1514 R/C, 1400 – 195 Lisboa	12.672.351,00	3,03%	424.650.004,18	5.378.171,80
Lispolis - Associação para o Polo Tecnológico de Lisboa	Estrada do Paço do Lumiar nº. 44, 1600-546 Lisboa	87.500,00	7,50%	3.939.144,20	179.584,33
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA.	Lugar do Quintanilho -, 2660-421 São Julião do Tojal	2.970.272,55	9,90%	72.864.455,80	4.672.456,10
VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.	Plataforma Ribeirinha da CP - Estação de Mercadorias da Bobadela 2696-801 São João da Talha	5.300.820,00	20,00%	56.958.192,00	1.661.161,00

OUTRAS DIVULGAÇÕES

21 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas Fornecimentos e Serviços Externos, decompõe-se como segue:

Fornecimento e Serviços Externos	31.12.2020	31.12.2019
Saneamento Básico	29 322 809,01	29 172 675,06
Trabalhos especializados	29 843 042,81	26 587 707,78
Subcontratos	33 017 552,06	7 831 953,43
Conservação e reparação	31 018 410,28	35 193 635,08
Manutenção e reparação autocarros	8 145 199,80	10 085 202,77
Manutenção e reparação eléctricos	2 798 093,88	1 950 994,69
Eletricidade	13 566 093,38	14 226 730,60
Comissões	11 701 335,48	12 823 981,30
Honorários	8 803 181,34	9 901 688,56
Rendas e alugueres	9 875 505,46	8 806 985,97
Serviços de alojamento e de restauração	4 939 269,43	3 726 421,39
Outros serviços	14 419 747,60	18 600 413,64
Vigilância e segurança	10 413 361,00	10 108 686,75
Serviços de recolha e trat. de res. sól. e urbanos	5 905 789,57	3 244 229,99
Limpeza, higiene e conforto	8 826 216,76	8 427 511,30
Água	4 323 846,90	4 215 981,73
Medicamentos e artigos para a saúde	1 825 364,22	
Publicidade, comunicação e imagem	2 423 772,99	1 583 599,38
Comunicação	3 519 153,84	3 985 530,77
Serviços de transporte	1 362 563,25	1 089 763,98
Material de educação, cultura e recreio	1 735 132,49	1 331 479,02
Combustíveis e lubrificantes	3 370 390,99	3 258 154,38
Seguros	3 435 784,80	3 349 058,07
Outros	7 893 288,26	7 028 187,04
Total	252 484 905,60	226 530 572,68

Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Rubrica Recebimentos	Valor Ano 2020 SNC-AP	Rubrica Pagamentos	Valor Ano 2020 SNC-AP
	Consolidado		Consolidado
Saldo de gerência anterior	396.992.853,50		674.023.526,86
Operações orçamentais [1]	380.280.825,32	D1 Despesas com o pessoal	264.839.331,62
Devolução do saldo oper. Orçamentais	9.347.341,56	D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	177.411.922,41
Recebimento do saldo oper. orçamentais devolvido por entidades terceiras		D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	31.020.508,13
Operações de tesouraria [A]	16.712.028,18	D1.3 Segurança social	56.406.901,08
Receita corrente	726.325.712,50	D2 Aquisição de bens e serviços	198.461.693,80
R1 Receita fiscal	451.590.201,56	D3 Juros e outros encargos	3.313.750,18
R1.1 Impostos diretos	451.590.201,56	D4 Transferências e subsídios correntes	196.233.852,30
R1.2 Impostos indiretos		D4.1 Transferências correntes	143.680.061,94
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		D4.1.1 Administrações Públicas	95.398.492,94
R3 Taxas, multas e outras penalidades	56.959.437,69	D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	4.302.586,34
R4 Rendimentos de propriedade	15.887.909,70	D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	
R5 Transferências e subsídios correntes	64.439.413,24	D4.1.1.3 Segurança Social	
R5.1 Transferências correntes	64.439.413,24	D4.1.1.4 Administração Regional	
R5.1.1 Administrações Públicas	60.789.187,40	D4.1.1.5 Administração Local	91.095.906,60
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	58.148.106,55	D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	43.167.297,03
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	2.641.080,85	D4.1.3 Famílias	533.210,26
R5.1.1.3 Segurança Social		D4.1.4 Outras	4.581.061,71
R5.1.1.4 Administração Regional		D4.2 Subsídios correntes	52.553.790,36
R5.1.1.5 Administração Local		D5 Outras despesas correntes	11.174.898,96
R5.1.2 Exterior - U E	3.650.225,84	Despesa de capital	145.234.407,99
R5.1.3 Outras		D6 Aquisição de bens de capital	102.052.191,83
R5.2 Subsídios correntes		D7 Transferência e subsídios de capital	37.182.216,16
R6 Venda de bens e serviços	119.003.670,01	D7.1 Transferências de capital	37.182.216,16
R7 Outras receitas correntes	18.445.080,30	D7.1.1 Administrações Públicas	8.603.837,62
Receita de capital	14.200.649,76	D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	
R8 Venda de bens de investimento	2.996.921,36	D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	104.300,00
R9 Transferências e subsídios de capital	10.257.487,51	D7.1.1.3 Segurança Social	
R9.1 Transferências de capital	10.257.487,51	D7.1.1.4 Administração Regional	
R9.1.1 Administrações Públicas	10.257.487,51	D7.1.1.5 Administração Local	8.499.537,62
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	2.431.955,54	D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	16.949.978,82
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	7.825.531,97	D7.1.3 Famílias	599.694,74
R9.1.1.3 Segurança Social		D7.1.4 Outras	11.028.704,98
R9.1.1.4 Administração Regional		D7.2 Subsídios de capital	
R9.1.1.5 Administração Local		D8 Outras despesas de capital	6.000.000,00
R9.1.2 Exterior - U E		Despesa efetiva [5]	819.257.934,85
R9.1.3 Outras		Despesa não efetiva [6]	34.782.883,99
R9.2 Subsídios de capital		D09 Despesa com ativos financeiros	704.019,50
R10 Outras receitas de capital	946.240,89	D10 Despesa com passivos financeiros	34.078.864,49
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	53.663,50	Soma [7]=[5]+[6]	854.040.818,84
Receita efetiva [2]	740.580.025,76	Operações de tesouraria [C]	12.908.635,68
Receita não efetiva [3]	13.500.000,00	Saldo para a gerência seguinte	295.425.323,94
R12 Receita com ativos financeiros		Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	280.320.032,24
R13 Receita com passivos financeiros	13.500.000,00	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	15.105.291,70
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	1.134.360.851,08	Saldo global [2] - [5]	-78.677.909,09
Operações de tesouraria [B]	11.301.899,20	Despesa primária	815.944.184,67
		Saldo corrente	52.302.185,64
		Saldo de capital	-131.033.758,23
		Saldo primário	-75.364.158,91
		Receita total [1] + [2] + [3]	1.134.360.851,08
		Despesa total [5] + [6]	854.040.818,84

Inclui Município de Lisboa, Gebalis e Lisboa Ocidental, SRU

Inclui Município de Lisboa, Gebalis e Lisboa Ocidental, SRU

Município de Lisboa

Demonstração de Execução Orçamental da Receita Consolidada

31 de dezembro de 2020

(unidade: Euro)

Rubrica	Descrição Rubrica	Liquidações consolidadas
R 1.1	Impostos Diretos	474.870.249,63
R 3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	60.983.025,06
R 4	Rendimentos de Propriedade	15.708.652,75
R 5	Transferências e Subsídios Correntes	65.968.031,67
R 5.1	Transferências Correntes	65.968.031,67
R 5.1.1	Admin. Públicas	62.754.862,03
R 5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	58.942.135,72
R 5.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	3.812.726,31
R 5.1.2	Exterior - U E	3.596.812,90
R 5.1.3	Outras	
R.5.1.5	Administração Local	
R 5.2	Subsídios Correntes	
R 6	Venda de Bens e Serviços	127.743.021,89
R 7	Outras Receitas Correntes	18.288.193,79
R 8	Venda de Bens de Investimento	-395.055,84
R 9	Transferências e Subsídios de Capital	17.285.392,50
R 9.1	Transferências de Capital	17.285.392,50
R 9.1.1	Admin. Públicas	17.285.392,50
R 9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2.489.347,01
R 9.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	14.796.045,49
R 9.1.2	Exterior - U E	
R 9.2	Subsídios de Capital	
R 10	Outras Receitas de Capital	2.211.365,06
R 11	Reposições não Abatidas aos Pagamentos	199.885,48
R 12	Receita com Ativos Financeiros	
R 13	Receita com Passivos Financeiros	13.500.000,00
R 14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	371.998.334,71
	Total	1.168.361.096,70

Inclui Município de Lisboa, Gebalis e Lisboa Ocidental, SRU

Município de Lisboa
 Demonstração de Execução Orçamental da Despesa Consolidada
 31 de dezembro de 2020

(unidade: Euro)

Rubrica	Obrigações
	Consolidado
Despesa Corrente	
D1 Despesas com o pessoal	266.664.361,83
D1.1 Remunerações certas e permanentes	178.118.674,38
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	31.093.148,03
D1.3 Segurança social	57.452.539,42
D2 Aquisição de bens e serviços	200.656.460,66
D3 Juros e outros encargos	3.313.750,18
D4 Transferências e subsídios correntes	202.834.240,23
D4.1 Transferências correntes	143.780.449,87
D4.1.1. Administrações Públicas	95.419.574,29
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	4.323.667,69
D4.1.1.5 Administração local	91.095.906,60
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	43.241.603,61
D4.1.3 Famílias	533.210,26
D4.1.4 Outras	4.586.061,71
D4.2 Subsídios correntes	59.053.790,36
D5 Outras Despesas Correntes	5.237.663,75
Despesa de Capital	
D6 Aquisição de bens de capital	139.486.296,43
D7 Transferência e subsídios de Capital	6.510.710,53
D7.1 Transferências de capital	6.510.710,53
D7.1.1 Administrações Públicas	15.107.122,60
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	104.300,00
D7.1.1.5 Administração local	15.002.822,60
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	10.536.469,41
D7.1.3 Famílias	-13.125.282,51
D7.1.4 Outras	-6.007.598,97
D8 Outras despesas de capital	-503.284,98
D9 Despesa com ativos financeiros	704.019,50
D10 Despesa com passivos financeiros	34.078.864,49
Total	858.983.082,62

Inclui Município de Lisboa, Gebalis e Lisboa Ocidental, SRU

